

As implicações regionais do pântano iraquiano

Publicação: [O Mundo em Português Nº58](#)

Data de Publicação: Abril/Maio de 2005

Autor: May Chartouni-Dubarry

Duas conclusões centrais podem retirar-se do fracasso da expedição militar dos Estados Unidos no Iraque: a democracia não se impõe na ponta das baionetas e o terrorismo não pode ser eliminado somente com armas. Se a reeleição de Bush reforçou a legitimidade interna da «guerra mundial contra o terrorismo», as eleições legislativas no Iraque – aclamadas pela administração americana como sendo a prova de que o círculo virtuoso da democratização no mundo árabe está em marcha – não retiraram o país do impasse político e muito menos contiveram a escalada de tensões intercomunitárias.

O carácter volátil, imprevisível, e logo incontrolável, do Médio Oriente deve-se às múltiplas fracturas que o atravessam, quer se trate de conflitos inter-estatais ou civis, de questões nacionais (palestina ou curda) ou do imobilismo de sistemas políticos incapazes de desenvolver verdadeiras transições políticas e/ou de lançar um conjunto de reformas económicas viável. Não nos interrogámos já sobre as causas do persistente défice democrático no Médio Oriente?[1] Mas esta dimensão irredutível liga-se sobretudo a um factor tradicionalmente subestimado pelos ideólogos da política americana para o Médio Oriente: a interacção entre os diversos conflitos e os riscos de contaminação de um palco de tensão para outro.

Se o cenário de libanização do Iraque ainda não se concretizou, muitos dos ingredientes já estão no terreno: a fraqueza das estruturas estatais provisórias, empossadas pela potência tutelar americana, a constituição de milícias armadas que respondem ao crescimento das identidades étnicas e/ou comunitárias (curdos, xiitas e sunitas) e os riscos crescentes de fragmentação do espaço estatal-nacional em mini «estados no estado» de facto.

O mais grave dos sintomas é a porosidade das fronteiras iraquianas, tanto militar como, sobretudo, politicamente. O processo de ingerência externa no jogo iraquiano já começou. O envolvimento das duas potências regionais não árabes, a Turquia e o Irão, cujos interesses são divergentes e mesmo frequentemente opostos, nomeadamente por via da questão curda e das rivalidades ancestrais entre sunitas e xiitas, amplificou-se

depois do presidente Bush ter declarado o fim dos combates, em Maio de 2003: uma data que marca, paradoxalmente, o início da verdadeira guerra, aquela que decidirá o futuro do Iraque enquanto Estado nação.

Se o sentimento de pertença nacional ainda predomina na sociedade iraquiana, as solicitações e as pressões externas podem, a médio prazo, na ausência de resolução da crise política, encorajar as pertenças transnacionais que germinam no seio de grupos armados e precipitar o país no caos, uma ameaça tanto para os iraquianos como para os Estados vizinhos (nomeadamente a Síria, a Jordânia e a Arábia Saudita) que, com a excepção de alguns meios políticos no Irão e em Israel, receiam os efeitos destabilizadores da desintegração territorial do Iraque sobre a sua própria coesão nacional[2]. O efeito dominó seria assim o inverso do círculo virtuoso concebido pela administração Bush e teria como consequência acrescentar ainda mais instabilidade à já endémica instabilidade do Médio Oriente. Confirmando a predominância, pelo menos demográfica, da comunidade xiita no Iraque, os resultados do escrutínio de Janeiro contribuíram para alimentar os receios do Ocidente e das potências regionais aliadas (Arábia Saudita e Egipto) em relação à emergência de um pólo xiita iraniano-iraquiano – uma ameaça que os EUA procuraram conter apoiando Saddam Hussein na sua guerra contra a República dos Mullahs, entre 1980 e 1988.

Não há dúvida que com a decisão de acabar à força com o statu quo no Iraque, saído da primeira guerra do Golfo e baseado na dissuasão e no embargo internacional, os EUA abriram a caixa de Pandora. Para além da polémica internacional sobre a oportunidade da guerra, que corre o risco de criar divisões no seio do um Ocidente geograficamente alargado e em plena recomposição estratégica e identitária, este aventureirismo militar revela as falhas de uma estratégia baseada principalmente num wishful thinking . A actual fase de transição no Iraque revela uma grande falta de conhecimento por parte da administração Bush sobre as realidades sócio-políticas e históricas do Iraque, bem como a deficiente penetração no território do sistema de informações americano, como prova a ausência de apoio interno às forças de oposição apadrinhadas por Washington.

O aspecto mais preocupante desta nova frente é que ela emerge num momento em que não parecem existir opções políticas para o conflito israelo-palestino. A guerra travada entre palestinos e israelitas depois do início da segunda Intifada, em Setembro de 2000, radicalizou as posições dos dois protagonistas, quando ainda em Julho desse mesmo ano, em Camp David, se pensava que estariam à beira de um acordo histórico. Neste sentido, sublinhe-se que um dos pontos comuns entre o Iraque e a Palestina consiste

no carácter irreduzível e prioritário dos desafios nacionais e na sua complexidade histórica, que ultrapassa o destino dos seus líderes. Assim, o desaparecimento de Yasser Arafat e a neutralização de Saddam Hussein – que Washington apontava como os principais obstáculos à paz e à estabilidade do Médio Oriente – não provocaram o cataclismo democrático esperado.

Este impasse não está directamente ligado à segunda guerra do Golfo. No entanto, o que as opiniões públicas do Médio Oriente vêem como mais um falhanço de uma política americana que continua a ignorar as realidades locais, bem como os conselhos e os alertas de alguns dos seus aliados europeus, não pode deixar de alimentar os movimentos contestatários da região, sejam eles islamistas ou não, opositores radicais à predominância americana na zona.

Os laços entre o conflito israelo-árabe e a crise iraquiana residem, com efeito, neste anti-americanismo sem precedentes em que as sociedades iraquiana, síria, libanesa e palestina, com interesses nacionais específicos, por vezes mesmo divergentes, se encontram na rejeição comum de uma política vista como alinhamento sem discernimento, e sem precedentes, de Washington com Israel. Este consenso anti-americano dificulta as posições do lado árabe (Síria, Líbano e Palestina) no conflito com Israel, na medida em que qualquer concessão em relação à «entidade imperial-sionista» é interpretada pelas opiniões públicas como uma perda suplementar de soberania e, logo, de legitimidade de poder. Os recentes e espectaculares acontecimentos no País do Cedro – que assistiu, sob a pressão das ruas, à retirada das tropas sírias do Líbano, pondo fim a uma presença de 30 anos – não estão relacionados nem com as eleições no Iraque nem com a «agitação» democrática no Próximo Oriente desencadeada pela «guerra contra o terrorismo». Este movimento transcomunitário de massas, em reacção ao assassinato, a 14 de Fevereiro, do antigo primeiro-ministro Rafic Hariri, obedece antes a uma dinâmica que é própria da história atormentada deste país.

Quanto a Israel, só pode congratular-se, a curto e médio prazo, com a neutralização desta frente norte, que os seus dirigentes tanto temiam que emergisse. O Iraque não é uma ameaça estratégica e militar. O enfraquecimento do peso regional da Síria, sob a liderança de Bashar al-Assad, só veio acalentar o seu sentimento de supremacia militar absoluta, mesmo que um pouco contrariado pelas ambições regionais do Irão, o suposto instigador de um eixo xiita iraniano-iraquiano-libanês e suspeito de se querer dotar de um arsenal nuclear[3]. Mas este poderio militar sem precedentes não parece ter capacidades de toroar o sentimento de vulnerabilidade psicológica que a Intifada, e sobretudo os atentados suicidas, provocam na sociedade israelita.

Os dois palcos – Iraque e Israel-Palestina – representam um dos mais sérios desafios que a Europa deve enfrentar. Esse desafio desenrola-se, no imediato e em termos estratégicos, em torno de duas questões centrais. Primeiro, como enfrentar esta ameaça vinda de uma região limítrofe, e prevenir os riscos da sua expansão no plano regional, num momento em que a candidatura à adesão da Turquia – que tem interesses de segurança vitais no Iraque – provoca um debate no seio dos Estados membros? A segunda questão é a inevitável reorganização das relações transatlânticas, que a questão iraquiana, qualquer que seja o seu desenlace, afectou decisivamente. Mesmo que os europeus não tenham tido condições de oferecer uma alternativa viável, ou pelo menos uma complementaridade à política norte-americana, a incapacidade dos Estados Unidos em garantir a paz no Médio Oriente e em instaurar a segurança no Golfo exacerbou os riscos de um vazio estratégico nesta região vital para o equilíbrio mundial. É da reconciliação entre as três visões – americana, europeia e regional – relativas às percepções e à gestão da questão iraquiana e do conflito israelo-árabe que pode emergir uma saída do actual impasse.

[1] Ver May Chartouni-Dubarry, Les processus de transition politique au Proche-Orient, EuroMeSCo Papers n°2, Setembro de 1998.

[2] Ver Iraq in Transition : Vortex or Catalyst?, Briefing Paper, Chatham House, Setembro de 2004.

[3] Ver o último relatório anual do Jaffee Center, «The Middle-East Balance 2003-2004», Universidade de Telavive, Outubro de 2004.